

# Cartas

## A conclusão do artigo de A. Roazzi

Publicamos aqui a conclusão do artigo, *O desenvolvimento individual, o contexto social e a prática de pesquisa*, de Antonio Roazzi (University of Oxford, Department of Experimental Psychology), que não constou na edição anterior:

Discutimos aqui como os fatores de desenvolvimento intra-individual estão estreitamente dependentes do meio imediato e, conseqüentemente, como uma visão do mundo está construída sobre os esquemas de categorização que as pessoas usam na vida diária. Em outras palavras, as estruturas essenciais do desenvolvimento humano estão mútua e casualmente interligadas com alterações ambientais. O ambiente deveria ser visto como um complexo intrincado de variáveis em níveis diferenciados, conectadas umas com as outras e dependentes, seja nos efeitos das ações individuais sobre o contexto, seja no impacto destas variáveis em outros níveis contextuais.

A implicação desta visão é que a compreensão da conduta humana deve estar baseada não só na compreensão do contexto social, mas também em uma variedade de outros fatores, tais como papéis (Psathas, 1968), objetivos (Gauvain e Rogoff, 1986; Zinchenko, 1981), o uso por parte dos indivíduos do significado simbólico na interpretação do comportamento (Kagan, 1967) e a sua compreensão da tarefa. Estes fatores são em parte socialmente determinados.

O estudo das habilidades cognitivas não pode ser confinado a processos psicológicos auto-suficientes em indivíduos. Isto porque o indivíduo não pode ser visto como tendo uma auto-identidade, abstraída do seu contexto social. Os indivíduos estão relacionados às mais amplas influências da cultura, instituições educacionais e os diferentes grupos sociais, com os quais o indivíduo se identifica e com as quais ele interage. Ou seja, instituições, tradições históricas e cultura determinam o contexto de desenvolvimento cognitivo, o que não acontece, como afirmado por Perret-Clermont, Brun, Saada e Schubauer-Leoni (1984), em um vazio cultural onde cada aspecto necessita ser redescoberto pessoalmente por cada indivíduo.

Este ponto de vista implicaria considerar o indivíduo como fonte de todas suas elaborações, inclusive as cognitivas; e em segundo lugar as determinantes do comportamento como derivadas principalmente dos componentes biológicos.

Conseqüentemente, segundo o postulado deste trabalho, experimento e contexto social são dois elementos que estão estreitamente relacionados, já que é impossível pensar em executar experimentos em *vacuum* social. De acordo com Tajfel (1972) esta premissa implica: "(i) que não pode ser assumido que alguém já tenha conseguido criar tal *vacuum*; (ii) que uma análise do contexto social do experimento e da situação social que isto representa deve sempre ser considerada; (iii) que experimentos especialmente planejados devem ser conduzidos com propósito explícito de testar hipóteses sobre as características do contexto social que determina e interage com os modos de operação dos processos cognitivos" (p. 84).

Uma falta de atenção para o contexto social em uma situação experimental, por exemplo, não permite ao examinador determinar quais significados as situações possuem para os sujeitos. Todos estes fatores, contexto social, significado simbólico, papel objetivo estão de alguma maneira interligados com uma experiência cultural específica, de maneira que não é simples separar as atividades de um indivíduo do contexto intrincado em que estes ocorrem. Onde diferenças entre grupos culturais aparecem, estas devem considerar o número diferenciado de experiências práticas da vida diária de cada um. Assim, em comparações transculturais e sociais, todo o conjunto de ações e circunstâncias sociais pertencentes à experiência diária normal deve ser considerado, constituindo-se como referencial para o estudo da conduta dos indivíduos. Tais aspectos, devido às suas implicações científicas, devem ser considerados sobretudo nas pesquisas psicológicas passíveis de serem facilmente influenciados por variáveis externas ao planejamento experimental.

## Um projeto piloto na Cadeia Pública de Santos

*Estimulada pela leitura do Depoimento de Clarisse Duro Goldberg, Presídio: uma nova possibilidade de atuação,*

*edição nº 2/87, a psicóloga Rosa Maria Val Benes enviou-nos um relato sobre seu próprio trabalho. O objetivo da Revista ao publicar este tipo de carta é o de divulgar quem trabalha com o quê, no País. Extraímos alguns trechos do relato da colega:*

"(...) Atuo em conjunto com o assistente social José Luiz Benes, na Cadeia Pública de Santos, Estado de São Paulo, há quase um ano e meio. Na realidade, estamos desenvolvendo um projeto piloto nesta cadeia, coligado à Vara de Execuções Criminais do Fórum de Santos, sendo que, pelo seu resultado satisfatório, será estendido às demais cadeias da Baixada Santista.

Este projeto vem servir de "abertura" para a continuidade de idéias que temos em mente: a implantação de equipes multiprofissionais atuantes dentro do regime carcerário, estendendo-se à saída do regime fechado no que se refere às Casas dos Presos Albergados que, no nosso ponto de vista, são fundamentais para a reintegração do detento à sociedade, desde que tenha uma infra-estrutura apropriada para atingir os objetivos propostos.

Atualmente estou desenvolvendo um trabalho apenas de atendimento individual aos reeducandos, sendo os mesmos selecionados — dada a importância e problemática de cada caso — pelo Assistente Social, pela Direção da Cadeia, pelo Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais, pelos advogados, pelos presos portariados, e até mesmo pedidos diretos através de bilhetes e/ou de contatos pessoais nas galerias ou lugares correlatos.

Tenho atendido reeducandos que estão para submeter-se a exames psicológicos ou psiquiátricos, ou ainda que foram reprovados na área de Psiquiatria Forense, com o intento de conseguir seus benefícios albergues. Atendo também reeducandos que se encontram em estado de deterioração mental (por exemplo, psicose carcerária em plena progressão), ou ainda problemas emocionais manifestos. E reeducandos com as chamadas "medidas de tratamento" impostas por lei, para acompanhamento psicológico.

Atualmente, estão sendo enviados a mim, pelo Juiz, os reeducandos para serem examinados e, a seguir, dar o 'parecer' sobre sua compatibilidade psicológica para atingir o benefício de prisão albergue, o que antes era realizado somente pelo setor de Psiquiatria Forense."

Para contatos com Rosa M. Val Benes, o telefone é (0132) 66-1927.